

APP-Sindicato orienta categoria e comunidade contra retorno de atividades presenciais

Em defesa da vida, Sindicato alerta que governador e secretário da Educação “lavam as mãos” e transferem riscos e responsabilidades para escolas e famílias

A APP-Sindicato está orientando professores(as) e funcionários(as) da rede pública estadual a se organizarem com as comunidades contra o retorno de aulas presenciais em 56 escolas de 30 municípios, a partir da última segunda-feira (19). A convocação foi determinada pelo governador Ratinho Junior e pelo empresário Renato Feder, secretário da Educação e do Esporte, para a oferta de atividades extracurriculares durante a pandemia.

O presidente da APP-Sindicato, professor Hermes Silva Leão, destaca a preocupação da entidade com a vida dos(as) trabalhadoras(es), estudantes e suas famílias, diante dos riscos que a medida do governo oferece para aumentar os casos de infecção e mortes pelo novo coronavírus no estado.

“O governador e o secretário da Educação estão lavando as mãos e jogando toda a responsabilidade, se ocorrer contaminação por conta dessa movimentação, nas costas dos diretores de escola e nas famílias. Por isso, mantemos a deliberação aprovada em assembleia, de greve em defesa da vida, e nossa orientação para a comunidade é dizer não ao retorno das atividades presenciais neste ano”, explicou.

A secretária de Organização da APP-Sindicato, professora Tereza Lemos, acrescenta que muitas escolas da rede pública não têm estrutura para que o retorno ocorra com segurança. “O governo não tem investido na infraestrutura das escolas. Então não é possível que ele convoque as aulas neste momento, ainda que seja para aulas extracurriculares e em algumas regiões do estado”, comentou.

Municípios não estão preparados - Em uma carta publicada em seu site, a APP-Sindicato traz dados de uma pesquisa da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em que 60% dos municípios afirmam não estarem preparados para o retorno das aulas



Foto: divulgação

Em pesquisa da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), 60% dos municípios afirmam não estarem preparados para o retorno das aulas presenciais. “Se os municípios dizem que ainda não estão preparados para o retorno às aulas, como garantir as condições para o retorno de escolas nestes municípios?”

presenciais. “Se os municípios dizem que ainda não estão preparados para o retorno às aulas, como garantir as condições para o retorno de escolas nestes municípios?”, questiona.

Trabalho triplicado - Desde o início da pandemia, os(as) professores(as) estão trabalhando em um sistema de ensino a distância. Implantado pelo governo sem diálogo com os(as) profissionais e a comunidade escolar, as medidas têm triplicado a jornada dos(as) docentes e excluído muitos estudantes que não têm acesso às tecnologias e internet.

Mesmo tendo contrariedades sobre esse sistema, o presidente da APP-Sindicato entende que a melhor opção no momento é concluir o ano letivo de 2020 com essas aulas não presenciais. Hermes destaca a necessidade do governo reconhecer os erros e dialogar com os(as) educadores(as), pais, mães e estudantes para debater a forma adequada de retomada das aulas nas escolas em 2021.

Atuação da APP-Sindicato garante recontração de professores(as) PSS demitidos ilegalmente

Após a atuação da APP-Sindicato e vitória na ação judicial contra a demissão ilegal e arbitrária de cerca de 500 professores(as) PSS, determinada pelo empresário Renato Feder, secretário da Educação, no final de 2019, os(as) profissionais estão sendo recontraçados(as).

O secretário-executivo da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBTI+ da APP-Sindicato, pedagogo Clau Lopes, explica que mesmo após a decisão da justiça exigindo a readmissão imediata, a Secretaria da Educação e do Esporte (Seed) ainda instaurou sindicância contra os(as) professores(as). O dirigente classificou a prática como abusiva.

“Nós temos vários casos de professores que passaram por essa sindicância e que resultou no arquivamento ou absolvição, mais uma vez, devido a atuação jurídica do Sindicato, que comprovou que não havia nada para punir ou coagir”, conta Clau.

Entre os(as) já recontraçados(as) está a professora de Biologia, Ciências e Educação Especial, Adriana Alves de Holanda. A profissional aponta que o processo foi constrangedor, principalmente pela tentativa de usar uma sindicância para justificar a arbitrariedade da Seed.

“A comissão, no início especulava motivos para que justificasse todo o ocorrido, mas quando perceberam que não existia verdadeiramente uma razão para tudo, a comissão passou a compreender e aceitar que não existia algo errado com minha conduta profissional. A angústia que sofremos tem perdurando todo esse ano, nos trazendo sequelas, humilhação, desgastes mental, muitas lágrimas e dificuldades”, conta Adriana Alves.

A professora enfatiza ainda que a atuação da APP-Sindicato foi fundamental nessa conquista e destaca a importância de fazer parte da luta. “A APP-Sindicato disponibilizou seus advogados que trabalharam no caso de forma honrada e com grande profissionalismo! Fico muito grata a APP e espero que continuem lutando e que possam contar com o auxílio da classe. Unidos somos mais fortes”.

NÃO SOMOS COBAIAS!

Governador: você acredita mesmo que este é o momento certo para o retorno das aulas presenciais?

#EmDefesaDaVidaeDaEscolaPublica